

## ATUALIDADES DA TEORIA CLÁSSICA SOBRE O CAPITALISMO AGRÁRIO<sup>1</sup>

Lauro Mattei\*

### *Introdução*

Ao longo das últimas décadas ganhou novamente destaque o debate sobre o capitalismo agrário. Para uma determinada corrente de pensamento que coloca a questão da agricultura familiar como fundamental para a consolidação do desenvolvimento capitalista no campo já não faz mais sentido a utilização das idéias da teoria clássica, enquanto instrumental analítico, para analisar os estágios atuais do desenvolvimento capitalista.

Segundo alguns autores (Veiga, 1991 ; Abramo Vay, 1992), os trabalhos clássicos, principalmente os de Lênin e de Kautsky, não conseguem mais dar conta dos acontecimentos contemporâneos do desenvolvimento agrário. Para esses autores, tanto o processo de diferenciação social que ampliaria o assalariamento no campo, tese defendida por Lênin, quanto a inferioridade da agricultura familiar frente à agricultura patronal, tese de Kautsky, não se tornaram a dinâmica principal da agricultura dos países desenvolvidos.

Por outro lado, segundo os mesmos autores, as próprias teses marxistas que previam um processo de desenvolvimento para a agricultura semelhante ao que ocorria na indústria também não se confirmou, tendo em vista a persistência da produção familiar em todas as esferas produtivas dos países desenvolvidos. A partir desta premissa, busca-se a afirmação conceitual da agricultura familiar, dando-lhe estatuto teórico, como forma de rejeição à teoria da industrialização da agricultura.

Neste sentido, este trabalho tem como objetivo identificar e discutir o arcabouço teórico conceitual que sustenta as teses atuais dos defensores da agricultura familiar, enquanto núcleo dinâmico do processo de desenvolvimento do capitalismo agrário. Para tanto, o trabalho apresenta na primeira seção uma breve discussão dos principais postulados da teoria clássica do capitalismo agrário, destacando as idéias de Marx, Kautsky e Lênin, como forma de reafirmar a atualidade desse corpo teórico nas interpretações do desenvolvimento rural.

Na segunda seção, tentaremos apreender os principais elementos que conformam o arcabouço teórico dessa corrente de pensamento que rejeita os postulados da teoria clássica. Entendemos ser importante uma análise crítica deste viés teórico, tendo em vista que o mesmo está presente em praticamente todos os fóruns de debate sobre as perspectivas do desenvolvimento rural brasileiro.

Na terceira seção, trataremos das principais divergências conceituais envolvidas no debate sobre a produção familiar. O objetivo geral é discordar, com base na teoria clássica, das possibilidades de uma forma social "inédita" do capitalismo agrário, conforme está realçado na obra "Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão".

---

\* O autor é Engenheiro Agrônomo, com curso de especialização em Políticas Públicas na Universidade do Texas (EUA). Atualmente é doutorando no Instituto de Economia da UNICAMP. E-mail: mattei@eco.unicamp.br

<sup>1</sup> - Versão ligeiramente modificada do trabalho de conclusão do curso sobre "Leituras Teóricas da Economia Clássica". O autor agradece os comentários e as sugestões do Prof. José Graziano da Silva.

Finalmente, pretendemos concluir o trabalho com uma perspectiva crítica a respeito dessa lógica analítica. Nosso propósito é fazer um contra-ponto a essa linha de pensamento, demonstrando algumas de suas fragilidades, tendo como base os postulados da teoria clássica. Desta forma, assume-se que os "paradigmas do capitalismo agrário", ao contrário da visão dos autores analisados, continuam atuais.

### *1 O legado da teoria clássica sobre o capitalismo agrário*

Como forma de contestação à teoria marxista está se tornando corriqueiro afirmar que nos trabalhos de Marx não existe nada que contemple as questões relacionadas à produção familiar, suas tendências e o seu papel no processo de desenvolvimento capitalista. No entanto, uma leitura mais atenta e desprovida de qualquer apego repulsivo poderá demonstrar claramente o quanto Marx tratou deste tema, às vezes nem sempre de forma explícita. A razão para isso é que o centro de seu pensamento teórico estava concentrado no entendimento e na análise do sistema capitalista como um todo e não em algum setor específico.

Um exemplo disso pode ser abstraído da teoria do valor e da discussão da renda fundiária quando Marx contestou a tese do cereal enquanto unidade para se medir o valor, pois na sua ótica não existia uma relação unívoca entre preço e renda. Diante de tal problema, Marx formulou os preços de produção, transformando o valor em preço de produção. Assim, os preços dos produtos agrícolas passaram a ser o preço de produção. No entanto, ele fazia a ressalva de que a possibilidade ou não do valor virar preço era uma questão estatística, sendo que o fundamental era a discussão do progresso técnico, o qual determinava a composição orgânica do capital.

Por outro lado, ao analisar a passagem da sociedade mercantil para a sociedade capitalista, Marx observa que o produtor de mercadorias está cercado pelo duplo caráter das mesmas, ou seja ele só poderá satisfazer seus interesses quando essa mesma mercadoria assumir um caráter social. E o que caracterizava essa sociabilidade era exatamente a divisão entre os produtores de mercadorias. Daí que nos famosos capítulos 11, 12 e 13 do Livro Primeiro de O Capital ele ressalta duas características básicas desse processo: por um lado, os trabalhos independentes se perdem e passam a se especializar e, por outro, ocorre a cooperação de um trabalho, decompondo-se este em diferentes operações particulares.

É a partir dessa diferenciação social que se constitui a divisão da sociedade em classes sociais e, da luta entre essas classes, é que dependerá o destino das sociedades modernas. Assim, no capítulo XIII do livro Primeiro, quando trata da indústria moderna e da agricultura ele afirma que o emprego da máquina na agricultura atua de maneira mais intensa e sem oposição, no sentido de transformar supérfluos os trabalhadores, modificando o camponês tradicional e substituindo-o pelo trabalhador assalariado. Desta forma, o modo de produção capitalista rompe os laços entre a manufatura e a agricultura mas, ao mesmo tempo, cria as novas condições para a união da agricultura e indústria. Como síntese, afirma-se que a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo social de produção, exaurindo as fontes originais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador.

Ainda no Livro Primeiro, no capítulo que trata da acumulação primitiva, Marx destaca o papel dos proprietários rurais e dos camponeses no processo de desenvolvimento capitalista. Para ele, o segredo da acumulação primitiva constava no fato de que dinheiro e mercadorias em si mesmos não eram capital. Eles necessitavam de uma transformação, a qual só ocorria em determinadas circunstâncias. E essas circunstâncias eram dadas pelo confronto entre os proprietários dos meios de produção, de um lado, e pelos trabalhadores livres vendedores da força de trabalho, de outro. Essa era a condição básica para a produção das sociedades capitalistas. Nesta lógica aparece a importância dos proprietários agrícolas - que se tornam aliados centrais no processo de desenvolvimento capitalista - e os camponeses que, ao se libertarem, criam o mercado consumidor.

Desta forma, Marx constatou o nascimento do capitalismo na Inglaterra e a forma como ele ia se espraiando para os demais setores da economia. No caso das unidades camponesas, esse processo ocorria através da desapropriação dos meios de produção dos trabalhadores, os quais se obrigavam a vender sua força de trabalho para manter a sobrevivência deles e de suas famílias. Nestas circunstâncias, as relações de produção tenderiam a se polarizar entre os detentores dos meios de produção e os vendedores da força de trabalho.

Selecionamos apenas essas passagens em Marx como forma de questionar diversas afirmações que o colocam a margem do debate sobre o capitalismo agrário. "O único problema agrário passível de existência n'O Capital é exatamente aquele sobre o qual os clássicos da questão agrária posterior a Marx praticamente nada tiveram a dizer: a formação da renda fundiária e sua apropriação por uma classe cuja existência justificasse no plano teórico pelo monopólio exercido sobre um elemento produtivo que, por definição, não entra no circuito de reprodução das mercadorias" (Abramovay, 1992).

Dentre os clássicos posteriores a Marx destacam-se as obras de Lênin e de Kautsky. Na essência o que permeia todas as análises e debates entre os dois autores e seus seguidores diz respeito a duas questões básicas: as leis de tendências do desenvolvimento do capitalismo no campo, com destaque para a existência de uma classe social intermediária - os camponeses -, e as propostas de políticas públicas para os camponeses.

De forma bem sucinta abordaremos os principais aspectos teóricos de ambos os autores. Quando necessário citaremos as visões diferenciadas sobre determinados temas. Iniciaremos a discussão pela questão das classes sociais, a qual incomodava os dois seguidores de Marx. Como nos referimos anteriormente, um dos pilares básicos do sistema capitalista era a existência do trabalho assalariado livre. Na agricultura, no entanto, existia uma forma híbrida, ou seja, um camponês que em determinado momento também vendia sua força de trabalho e era, ao mesmo tempo, proprietário.

Para Lênin, que dava mais ênfase aos aspectos políticos e sociais e às contaminações que condicionavam e influenciavam o próprio processo de desenvolvimento, essa formação social híbrida representava o trabalho abstrato. Daí nasce sua teoria explicativa do contínuo processo de diferenciação social a que eram submetidos este tipo de camponeses. Deste camponês originavam-se três segmentos distintos: os pequenos capitalistas, os proletários e os pequenos produtores mercantis, sendo que os últimos viviam em um contínuo processo de transição. Neste caso, havia sempre a garantia de reprodução deste processo. Com isso, ele concluiu que o desenvolvimento do capitalismo na agricultura era um processo constante de diferenciação das classes sociais e que a pequena produção não era uma unidade econômica estável, tendo em vista que o segmento pequeno produtor mercantil para subsistir sempre precisava se adequar ao desenvolvimento capitalista pois, do contrário, se transformaria em um proletário.

Para Kautsky, que salientava os aspectos econômicos do desenvolvimento do capitalismo no campo, não existia trabalho abstrato e nem proletários na agricultura. Defendeu a superioridade técnica da grande exploração, uma vez que esta tirava mais proveitos da divisão do trabalho, devido, principalmente, à sua especialização. Por isso, ele dizia que a pequena produção não poderia existir isoladamente e que os proletários não permaneciam no meio rural, devendo se empregar nas indústrias. De alguma forma aceitava o processo de diferenciação, porém ressaltando sempre que o único destino possível desses trabalhadores rurais era buscar um novo emprego na indústria.

Na verdade, o que de fato diferenciava os dois autores era o momento histórico que cada um estava considerando e o objeto de análise. Ambos os autores partiam do pressuposto de que o desenvolvimento da sociedade moderna era um processo unitário e orgânico em cujo meio as tendências e as leis da economia agrícola se inscreviam como uma manifestação parcial de um processo geral único. No entanto, Kautsky se perguntava, de dentro da agricultura, se esta desenvolvia um processo semelhante ao da indústria. Concluiu negativamente, uma vez que na agricultura existiam particu-  
lari-

dades que invalidavam as leis gerais de desenvolvimento do sistema capitalista. Observa-se que, com o passar do tempo, essas particularidades kautskyanas ganharam estatuto teórico na discussão da questão agrária.

Lênin, por sua vez, se perguntava como seria o desenvolvimento do sistema capitalista, ou seja, sua preocupação eram as leis gerais do sistema, onde a agricultura era apenas uma particularidade sem estatuto teórico. Assim, o método Leninista partiu do sistema como um todo para ver como o processo ocorria na agricultura. Na obra "O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia" há uma abordagem sob duas óticas: a primeira diz respeito ao sistema de relações econômicas e sociais nos estabelecimentos camponeses e nos latifúndios, observando-se a desintegração nítida do campesinato; e a segunda analisa as relações econômicas e sociais que caracterizavam cada forma de agricultura, a partir das transformações da agricultura no sistema de produção mercantil. Essa dupla abordagem levou o autor a concluir que a agricultura assumia progressivamente um caráter comercial; que o crescimento da agricultura comercial criava um mercado interno para o capitalismo; e que o capitalismo ampliava as contradições sem as quais não existiria, ou seja, ele rompia com o sistema feudal e transformava a terra em mercadoria.

Em um campo oposto neste debate aparecem as análises de Chayanov sobre a persistência das unidades familiares de produção na sociedade Russa. Para esse autor, as unidades familiares não eram tipicamente capitalistas porque não era possível de se determinar objetivamente os custos de produção devido a ausência da categoria salários. Neste caso, a família era o centro do processo de diferenciação entre os camponeses, uma vez que o trabalho familiar era a única categoria rentável. Esta é, na verdade, a tese da diferenciação demográfica com que o autor se opôs à tese da diferenciação social de Lênin. O processo de diferenciação demográfica consistia no fato de que as unidades familiares mais numerosas apresentavam um potencial de trabalho e de produção maiores em relação às unidades menos numerosas. Observa-se que neste enfoque teórico as unidades familiares de produção apresentavam uma lógica própria e eram, praticamente, imunes às transformações capitalistas, ou seja, a unidade familiar não apresentava a mesma lógica de acumulação capitalista porque ela estava assentada em um ciclo de continuidade explicado pelas necessidades familiares.

Em suma, são basicamente estes autores que construíram todo o arcabouço teórico que permeia as discussões sobre o desenvolvimento do capitalismo agrário. De Marx apreendeu-se que, assim como nos demais setores, a agricultura seguiria as leis gerais do desenvolvimento capitalista; de Lênin ressaltou-se o processo de diferenciação social ao qual estavam submetidos os camponeses; de Kautsky retivemos a idéia da especificidade da agricultura no processo de desenvolvimento capitalista, com destaque para a questão da superioridade técnica da grande produção sobre a produção familiar; e de Chayanov ressaltamos a tese da diferenciação demográfica, a qual determinava a especificidade das unidades familiares de produção.

## ***2 A afirmação conceitual da agricultura familiar em rejeição à teoria da industrialização da agricultura***

Nos anos 90 ganhou força nos meios acadêmicos e também junto aos movimentos sociais no campo a discussão da dinâmica capitalista embasada na agricultura familiar, não somente em contraposição à dinâmica patronal mas, principalmente, como um enfoque alternativo às visões clássicas do capitalismo agrário citadas na seção anterior. Dentre uma gama considerável de autores, destacamos neste trabalho as visões de Veiga (1991) e de Abramovay (1992). Esses dois autores lideraram teoricamente um grupo de pesquisadores que tem procurado, ao longo dos últimos anos, uma nova forma de tratamento para a questão da agricultura familiar, uma vez que partem do princípio de que as teses dos autores clássicos já não são mais capazes de dar conta dos fenômenos contemporâneos da agricultura.

Para Abramovay (1992), "o paradigma com base no qual se estuda o desenvolvimento do capitalismo na agricultura, cuja matriz são os trabalhos clássicos de Lênin e Kautsky, vem-se mostrando cada vez menos capaz de dar conta de fenômenos contemporâneos decisivos. Por um lado, a associação entre desenvolvimento capitalista e ampliação do trabalho assalariado, tão cara ao trabalho de Lênin, encontra pouco respaldo empírico. Por outro lado, a idéia da necessária inferioridade econômica da agricultura familiar, fundamental no livro de Kautsky, tampouco é confirmada pelo que se observa nos países avançados. No paradigma dos clássicos marxistas não há lugar sequer para que se coloque a questão, hoje decisiva, das razões pelas quais a agricultura familiar tem sido, nestas nações, a principal forma social de progresso técnico" (Abramovay, 1992, p. 20). Além disso, "é impossível encontrar uma questão agrária formulada explicitamente nos escritos de Marx (...). Mais que isso, não existe nada neste trabalho que contemple aquilo tratado, já no final do século XIX, como eixo de articulação da questão agrária: a produção familiar na agricultura, suas tendências e suas funções no desenvolvimento capitalista" (Abramovay, 1992, p. 31-32).

Já para Veiga (1991, p. 175), "de fato, o setor agrícola continua a ser motivo de uma grande perplexidade para os cientistas sociais. Uma série de características de seu funcionamento técnico-econômico atropelam o senso comum formado, ao longo dos últimos duzentos anos, pela racionalidade industrial. E o mais engraçado é que a maioria manifesta uma formidável resistência mental a esta constatação. Procuram, por todos os meios, negar a relevância da especificidade da agropecuária (p. 175).

Deste modo, para Abramovay (1992, p. 47), "é excessivamente fácil mostrar que as previsões tanto de Lênin, como as de Kautsky, na maior parte dos casos não se realizaram. O processo de diferenciação social dos produtores não progrediu de maneira a ampliar a quantidade de trabalhadores assalariados no campo (...). Mais importante ainda é que se realizou algo que contraria inteiramente não só as previsões tanto de Lênin e de Kautsky, como as explicações que eles davam à sobrevivência das pequenas explorações agrícolas no capitalismo: é impossível afirmar que a sobrevivência da produção familiar no capitalismo contemporâneo seja explicável pela miséria do produtor. Mais que isso: a incompatibilidade entre progresso técnico e produção familiar - tão decisiva no argumento de Kautsky - mostra-se hoje completamente abolida, se é que alguma vez existiu".

Uma leitura apressada dessas argumentações poderia conduzir a uma interpretação errônea sobre os problemas teóricos. No entanto, o caráter expresso nas teses defendidas pelos autores que estamos questionando é outro, tendo pouco a ver com a dinâmica do desenvolvimento do capitalismo agrário nos moldes desenhados pela teoria clássica. Isto porque para os mesmos, ao invés da predominância da polaridade entre classes e da diferenciação e da generalização das relações de trabalho assalariadas, o que prevalece é uma agricultura familiar dinâmica, tecnificada e articulada aos mercados, cujo pilar básico de sustentação está ancorado no Estado.

Na verdade, o que se pretende buscar, às vezes de maneira não muito clara, é a afirmação de um estatuto teórico para a agricultura familiar em contraposição à análise clássica, uma vez que "a ambigüidade intrínseca à idéia de uma industrialização da agricultura tem sua raiz no excessivo otimismo com que os grandes economistas avaliaram a capacidade do capitalismo superar os chamados "limites naturais" (Veiga, 1991, p. 177).

Com isso, observa-se que os autores acima citados atacam a problemática em questão sob ângulos distintos. Quando pretendem rejeitar as teses dos autores clássicos, eles se apoiam nas formulações de outros autores, com destaque para Chayanov e Tepicht, como é o caso mais explícito de Abramovay, o qual faz diversas referências aos contrapontos de Chayanov às teses de Lênin, principalmente com relação à diferenciação social. É importante recordar que Chayanov, além de afirmar que o processo de proletarianização agrícola e de concentração da produção era mais muito lento que o previsto, se contrapôs à Lênin com a argumentação da diferenciação familiar, uma vez que esta passava a ser o centro do processo de diferenciação entre os camponeses.



Por outro lado, quando pretendem afirmar a agricultura familiar enquanto núcleo dinâmico do desenvolvimento capitalista eles se apoiam nos exemplos históricos dos países desenvolvidos, como é o caso mais explícito de Veiga. Para ele, o fato de todos os países que formam o chamado Primeiro Mundo terem optado pelo fomento da agricultura familiar, a partir do início do século XX, já é um forte indicativo dessa dinâmica, além do que, as especificidades do processo produtivo agrícola também permitem entender porque a forma familiar de produção resistiu e se tornou prioritária no âmbito das políticas públicas.

Porém, após historiar os processos que ocorreram nos países centrais, o mesmo autor acaba concluindo que “não existe nenhuma superioridade intrínseca de uma forma específica de produção que pudesse estar ligada à especificidade do processo de trabalho na agricultura. Isto é, ao fato do momento transformador, na agropecuária, ser determinado por processos biológicos, contrariamente ao que ocorre na esmagadora maioria das atividades industriais. Ao contrário, admite que a realização da chamada segunda revolução agrícola, provocada pelo uso generalizado de máquinas e insumos químicos, mostrou justamente que as duas formas fundamentais de produção - a patronal e a familiar - se equivalem em termos de eficiência técnica”. Mais adiante afirma-se também que “o maior ou menor predomínio da agricultura familiar durante a expansão do capitalismo industrial, neste século está diretamente ligada às características de intervenção do Estado nos mercados agrícolas” (Veiga, 1991, p. 189-190).

De certa forma, este tipo de argumentação soa estranho dentro da lógica teórica que vinha sendo construída pelos dois autores. Por um lado, observa-se que as especificidades da produção familiar usadas para refutar a teoria clássica parecem que perdem sua força e, por outro, toda a lógica que permeia a dinâmica da produção capitalista agrária atual se deve as formas de intervenção estatal. Com isso, perdem importância aspectos fundamentais da teoria clássica, tais como as relações sociais de produção, os impactos do progresso técnico, o domínio e a propriedade dos meios de produção, dentre outros.

O percurso teórico, às vezes mais explícito em um autor que em outro, talvez tenha como ponto de partida uma linha de interpretação nos moldes chayanovianos, onde a produção familiar é vista como uma forma de organização produtiva capaz de resistir às mudanças do sistema capitalista. Posteriormente, assentando-se nas análises históricas da dinâmica agrária dos países centrais chega-se ao protótipo da “agricultura familiar”, preconizada como a base dinâmica do sistema capitalista agrícola.

Deste modo, é importante ressaltar o papel de destaque que assume o Estado nas formulações dos dois autores que estamos comentando. Para eles, a ação do Estado foi decisiva para a agricultura familiar, no sentido de que esta pudesse vir a se transformar no centro dinâmico do desenvolvimento do capitalismo no campo. Para Abramovay (1992), “o Estado foi determinante na moldagem da atual estrutura social do capitalismo agrário das nações centrais” (Abramavay, 1992, p.21). (...) “o Estado contemporâneo responde pela reprodução social da agricultura familiar talvez mais que qualquer outro segmento produtivo da sociedade” (Abramavay, 1992, p.179). (...) “embora responda fundamentalmente a mecanismos de preços, o que caracteriza a agricultura européia contemporânea é a organização de seus mercados por parte do Estado e da profissão agrícola” (Abramavay, 1992, p.206). (...) “a característica central da agricultura moderna está exatamente na capacidade que ela oferece ao Estado de exercer um controle rigoroso sobre o seu próprio processo de desenvolvimento” (Abramavay, 1992, p. 253).

### *3 Os Distintos Enfoques Conceituais*

Nesta seção faremos algumas considerações gerais a respeito dos aspectos conceituais envolvidos no debate sobre a agricultura familiar. Esta é uma questão que foi e ainda é polêmica nos meios acadêmicos, devido ao fato de que, na maioria das vezes, as análises sobre as diferentes formas de produção partem de uma contraposição simples entre a pequena e a grande produção.

Para Veiga (1994), “quando se examina com cuidados a questão do tamanho na agricultura e na pecuária, percebe-se que este não é o aspecto mais relevante. A adoção de inovações tecnológicas eleva constantemente a dimensão dos meios de produção (terra e capital) e reduz - na maior parte dos casos - as necessidades de mão-de-obra. Assim, a importância econômica de unidades produtivas de pequeno porte na agricultura está muito mais ligada à possibilidade de adoção de inovações tecnológicas, à localização e à qualidade do solo, do que à área inicial do estabelecimento”.

Com isso, o autor concluiu que a noção de pequena produção era demasiadamente vaga para que pudesse ter a importância conceitual que chegou a adquirir no Brasil no período que vai do início da década de 70 até meados dos anos 80. Na verdade, o que surge com clareza quando se analisa a história da agricultura capitalista é a constante oposição e coexistência entre as formas “familiar” e “patronal” de produção, sendo a primeira a que acabou predominando em todos os países capitalistas desenvolvidos neste século (Veiga, 1991, p.188).

As afirmações anteriores colocam uma questão relevante. Se os paradigmas clássicos do capitalismo agrário não servem mais, segundo esses autores, para analisar as condições do desenvolvimento rural contemporâneo, o que então explicaria essa coexistência/oposição entre as formas familiar e patronal?

Vejam algumas implicações conceituais relacionadas à questão da produção familiar na agricultura. Segundo Germer (1996), “pode-se dizer que a agricultura familiar foi focalizada, teoricamente, de dois pontos de vista diferentes e em certa sequência cronológica, no Brasil, a partir dos anos 70. Em primeiro lugar, uma linha de interpretação na tradição de Chayanov, que tendia a encarar a agricultura como espaço de uma produção familiar entendida como um tipo de organização produtiva dotada de uma lógica própria e por isto capaz de resistir à transformação capitalista (...). O protótipo do produtor familiar chayanoviano é o camponês semi-independente na transição entre o feudalismo e o capitalismo, situação característica da agricultura russa no fim do século XIX”.

Por outro lado, “a tradição originada nos Estados Unidos, em que o produtor familiar era visto como uma espécie de protótipo do pequeno capitalista agressivo em ascensão após a independência deste país. O chamado produtor familiar representava o pequeno empreendedor ousado, o homem da fronteira, o pequeno industrial inovador e assim por diante, representado na agricultura pelo farmer (...). Não se identifica, portanto, com as idéias de Chayanov, e de certo modo é seu oposto: a virtude do produtor familiar chayanoviano consiste em resistir à transformação inovadora do capitalismo, ao passo que a do norte-americano é de promovê-la”.

Deste modo, o autor concluiu que “os dois enfoques diferem frontalmente, mas ambos concordam que a agricultura familiar está imersa em um sistema capitalista e subordinada a ele. A diferença essencial entre ambos é que o primeiro enfoque nega que a própria produção agrícola tenha caráter capitalista. Ela continuaria tendo um caráter familiar no sentido de ser qualitativamente diferente, nas suas motivações e resultados, da produção capitalista, embora se adapte ao capitalismo(...). Para o enfoque norte-americano, ao contrário, a produção familiar possui caráter nitidamente capitalista. Mais que isso, ela seria a forma mais típica de produção na agricultura capitalista desenvolvida<sup>2</sup>”.

Nesta lógica, observa-se que Germer opera com conceitos que definem, não dois modelos de desenvolvimento, mas dois tipos diferentes de empresas agrícolas, uma vez que para ele a agricultura atual é uma só: capitalista. Esta formulação vincula-

<sup>2</sup> - Para o autor a visão Chayanoviana prevaleceu durante os anos 70/80, enquanto que o enfoque norte-americano passou a prevalecer a partir do início dos anos 90.

se diretamente aos pressupostos da teoria clássica, em especial a de Marx e de seus dois principais seguidores, porque invoca as leis gerais do modelo de desenvolvimento capitalista. É justamente neste ponto que florescem as controvérsias.

Para Abramovay (1996), mesmo concordando com Germer quando este afirma que na discussão atual sobre agricultura familiar não há a preocupação de caracterizá-la como não-capitalista, “é chocante entretanto que não se perceba que o predomínio de um ou de outro tipo de empresa resultam realidades sociais, econômicas e políticas tão distantes que chegam sim a caracterizar dois modelos de desenvolvimento” (Abramovay, 1992, p. 19). A justificativa de Abramovay é que a distinção de Germer entre agricultura empresarial desenvolvida e empresa familiar é inteiramente destituída de conteúdo empírico - embora encontre respaldo teórico possível numa construção marxista.

Ora, realidades sociais, econômicas e políticas distintas são produtos e não determinantes de um sistema, no caso o capitalista. Este sistema exibe um processo contraditório que, constantemente, cria, destrói e recria as bases que vão dar lugar a um novo modelo de desenvolvimento, porém sempre sob o seu comando e por ele sancionado. Neste sentido, fica difícil de se justificar a existência de dois modelos de desenvolvimento no âmbito da produção familiar quando esta é tida como exclusivamente capitalista, uma vez que não há autonomia de um determinado tipo de produção, quando comandado pelas leis gerais desse sistema, de sancionar um outro modelo de desenvolvimento embasado em pressupostos distintos.

Curiosamente é o próprio Abramovay que oferece os argumentos que propiciam a rejeição de sua tese anterior. Vejamos alguns exemplos: “não é verdade que os fatos tenham desmentido as previsões dos clássicos marxistas: onde o capitalismo se implanta, onde o mercado começa a dominar a vida social, onde a racionalidade econômica toma conta dos comportamentos dos indivíduos, os laços comunitários acabam por perder seu poder agregador e os camponeses vêm esvanecerem-se as bases objetivas de sua própria reprodução social” (1992, p.251).

Ou ainda, “na agricultura de hoje, o comando não está mais com o agricultor mas sim entre as mãos de uma esfera pública que orienta e determina a conduta de cada um. A agricultura familiar é certamente a atividade econômica no capitalismo contemporâneo mais fortemente submetida a constrangimentos coletivos na organização da produção” (Abramovay, 1992, p. 193). Por fim, como que admitindo a validade da teoria clássica, Abramovay (1996, p. 17-18) diz que “é verdade que as teorias a respeito tanto do campesinato como da agricultura familiar não possuem o poder heurístico do sistema de Marx: isso não as torna irrelevantes nem diminui a importância dos fenômenos que estudam”. Com isso, julgamos de difícil demonstração a existência de um desenvolvimento capitalista inédito, como pretende Abramovay, tendo como base o estatuto teórico-conceitual da agricultura familiar.

Desta maneira, torna-se inevitável retornar aos clássicos, e mais especificamente às teses de Lênin. Nelas observa-se que, para esse autor, a expressão ‘fundada no trabalho familiar’ “não possui qualquer sentido político-econômico, e induz indiretamente ao erro. Ela carece de sentido porque, em cada uma das formas sociais que a economia pode assumir, o pequeno agricultor trabalha, seja a época em que ele vive caracterizada pela escravidão, servidão ou capitalismo”. Deste modo, “a expressão fundada no trabalho familiar é um termo vago, uma frase declamatória sem qualquer conteúdo, que contribui para confundir as mais diversas formas sociais da economia...” (1981, p. 17-18).

Neste caso, Lênin afirmava que “a expressão agricultura familiar constituía uma forma sub-reptícia de negar a ocorrência de um vigoroso processo de expansão do capitalismo na agricultura norte-americana, uma tentativa de afirmar a possibilidade de uma evolução não-capitalista da agricultura dentro da sociedade capitalista”.



#### 4 Considerações Finais

Na verdade, ao longo dos textos analisados - Veiga (1991) e Abramovay (1992) - transparece a idéia de que há uma junção de conceitos (junção esta nem sempre possível teoricamente). Isto pode ser observado quando, por um lado, afirma-se que a agricultura familiar tem particularidades específicas, portanto, admite-se que ela não é regida pelas leis gerais do sistema capitalista mas, por outro, conclui-se que não há supremacia de nenhuma forma de produção, coexistindo pacificamente a agricultura familiar com a agricultura patronal. Assim, permanecem dúvidas com relação às bases conceituais fundantes daquilo que pretende ser uma oposição teórica às teses da industrialização da agricultura.

Quanto à caracterização da agricultura familiar oferecida por "Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão", é possível se afirmar que, em termos gerais, a mesma pode ser apreendida de forma idêntica a partir dos postulados da teoria clássica. Para Abramovay (1992), "uma agricultura familiar, altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa (...). Apesar da base familiar comum, é intransponível a distância social entre um suinocultor da Comunidade Econômica Européia, cuja renda depende em última análise dos acordos estabelecidos em Bruxelas e uma família rural na Índia cuja reprodução social apóia-se em laços de dependência comunitária e cuja ligação com o mercado mistura-se com um conjunto de relações de pessoa a pessoa (...). A própria racionalidade da organização familiar não depende da família em si mesma, mas, ao contrário, da capacidade que esta tem de se adaptar e montar um comportamento adequado ao meio social e econômico em que se desenvolve" (1992, p. 22-23). Além disso, "o ambiente no qual se desenvolve a agricultura familiar contemporânea é exatamente aquele que vai asfixiar o camponês, obrigá-lo a se despojar de suas características constitutivas, minar as bases objetivas e simbólicas de sua reprodução social" (Abramovay, 1992, p. 131).

Vejamos o que diziam os clássicos. Lênin, quando analisa o processo de formação da sociedade capitalista, diz que "o campesinato antigo não se diferencia apenas: ele deixa de existir, se destrói e é inteiramente substituído por novos tipos de população rural, que constituem a base de uma sociedade dominada pela economia mercantil e pela produção capitalista. Esses novos tipos são a burguesia rural (sobretudo a pequena burguesia) e o proletariado rural - a classe dos produtores de mercadorias na agricultura e a classe dos operários agrícolas assalariados" (1982, p. 114).

Por fim, a justificativa dos autores sobre a predominância da agricultura familiar nos países desenvolvidos apenas ao papel desempenhado pela intervenção estatal assume um caráter bastante reducionista. Obviamente que não se trata de ignorar o quanto o Estado foi e está sendo fundamental nos processos de desenvolvimento agrícola. No entanto, na visão dos clássicos existem outros elementos decisivos na discussão do capitalismo agrário. Tais elementos estão diretamente relacionados às relações sociais de produção, ao progresso técnico, à propriedade dos meios de produção, etc. Pretender justificar a hegemonia global da agricultura familiar nos países centrais apenas com base no processo de intervenção do Estado significa desconsiderar os aspectos centrais da teoria clássica. Nesta lógica poderíamos até concordar que a teoria clássica do capitalismo agrário não responde adequadamente aos desafios atuais.

#### Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo : Hucitec/Unicamp ; Campinas : UNICAMP, 1992.
- ABRAMOVAY, R. Comentários. In: *Anais do Workshop Teórico: Economia Política da Agricultura*. Campinas : São Paulo : USP, 1996.

- GERMER, C.M. *A irrelevância prática da agricultura familiar para o emprego agrícola*. Curitiba : [s.n.], 1996. Mimeogr.
- KAUTSKY, K. *A questão agrária*. São Paulo : Proposta editorial, 1980.
- MARX, K. *O Capital* : crítica da economia política. 3. ed., Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1975. Livr. 1 e 2.
- LÊNIN, V.I. O capitalismo na agricultura : o livro de Kautsky e o artigo do senhor Bulgákov. In: GRAZIANO DA SILVA, J., STOLCKE, V. (Org.). *A questão agrária*. São Paulo : Brasiliense, 1981.
- LÊNIN, V.I. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia* : o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo : Abril Cultural, 1982. (Coleção Os economistas)
- VEIGA, J.E. *O desenvolvimento agrícola* : uma visão histórica. São Paulo : Edusp/Hucitec, 1991.
- VEIGA, J.E. Fundamentos do agro-reformismo. *Revista Lua Nova*, n. 23, 1992.
- VEIGA, J.E. *Metamorfoses da política agrícola dos Estados Unidos*. São Paulo : ANNABLUME/FAPESP, 1994.